



v. 14, n. 27, jan-jun 2023



DIRETORIA
COMPOR,
SOMAR,
CRESCER.
BIÊNIO 2022 - 2024

EMBORNAL
Revista Eletrônica da Associação Nacional de História – Secção Ceará
Fortaleza Vol. XIV, n. 27, jan-jun 2023

Editoria
Francisco José Gomes Damasceno (UECE)

Conselho Editorial
Agenor Soares Silva Júnior (UVA)
Antônio Clarindo Barbosa, UFCG)
Benito Bisso Schimidt (UFRGS)
Durval Muniz (UFRN)
Francisco Carlos Jacinto Barbosa (UECE)
Francisco José Gomes Damasceno (UECE)
Gerson Ledezma (UNILA)
Gisele Venancio (UFF)
Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)
Itamar Freitas (UnB)
Jurandir Malerba (PUC-RS)
Simone Luci Pereira (UNIRIO)
Valdei Araújo (UFOP)

Editoração
Francisco José Gomes Damasceno

Capa
Capa: Wagner Cavalcante Farias
Arte da capa: Laylah Maryah M. G. Damasceno (2018)

Diretoria (2022-2024)
PRESIDENTE: TITO BARROS LEAL DE PONTES MEDEIROS
VICE-PRESIDENTE: CAIO LUCAS MORAIS PINHEIRO
SECRETÁRIO GERAL: FRANCISCO JOSE GOMES DAMASCENO
1ª SECRETÁRIA: ANA ALICE MIRANDA MENESCAL
2º SECRETÁRIO: GEOVANIO CARLOS BEZERRA RODRIGUES
1ª TESOUREIRA: CAMILA MOTA FARIAS
2º TESOUREIRO: WAGNER CAVALCANTE FARIAS

FICHA CATALOGRÁFICA
Embornal, Revista Eletrônica da Associação Nacional de História – Secção Ceará.
Vol. XIV, n. 27, jan-jun 2023, Fortaleza - Ceará.
ISSN: 2177-160X CDD

Endereço Postal
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SECÇÃO CEARÁ
Avenida Dr. Silas Munguba, 1700, Bairro Itaperi. CEP 60740-903
Mestrado Acadêmico de História da UECE. Fortaleza-CE
Telefone: (85) 3101.9611
www.ce.anpuh.org
anpuhceara@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação

Francisco José Gomes Damasceno

p. 05

“A bandeira de tempo”: identidade e territorialidade do povo de terreiro do bairro Pontal, Ilhéus – BA.

Lismar Lucas Santos dos Reis

p. 09

Análise dos paradigmas históricos do século XIX (Positivismo, Historicismo e Marxismo).

Igor I. C. Lima

Agenor Soares e Silva Júnior

p. 29

Notas sobre superstição e cultura (dita) popular no reino suevo: o caso de De Correctione Rusticorum

Joyce Mendes

p. 61

BNCC e a história escolar: mudanças e continuidades na estrutura curricular nos anos finais do ensino fundamental (2015-2021)

Antonia Daniela de Sousa

Viviane Prado Bezerra

p. 81

APRESENTAÇÃO

Bem-vindos leitores a mais um número da nossa revista! São cinco artigos de colaboradores que abordam diferentes temáticas de forma ampla, diversa e muito reflexiva.

No primeiro artigo intitulado "**'A bandeira de tempo': identidade e territorialidade do povo de terreiro do bairro Pontal, Ilhéus – BA",** uma abordagem inusitada para compreensão dos aspectos físicos e a territorialidade do terreiro de candomblé, centrando as observações nas relações entre o "povo de terreiro" e suas divindades e dentre eles as "mães do pontal": aquelas do panteão africano, bem como as ialorixás, que segundo o autor se constituem em "figuras de protagonismo que fazem parte da memória e da identidade do povo de terreiro".

Baseado em depoimentos orais e em uma bibliografia – que hoje se diria decolonial – a narrativa se constitui a partir de memórias de mulheres e homens ligados a fé e que testemunharam as transformações ocorridas no bairro, na comunidade e suas muitas interferências no terreiro. Assim, vão surgindo intrigantes personagens e suas ricas experiências e vivências.

Assim,

> Compreender a forma como o território de um terreiro de Candomblé está estruturado é de grande importância para entender as relações sociais constituídas pelo povo de santo internamente, mas principalmente, as relações com o sagrado e a forma como os indivíduos ali inseridos interpretam a realidade e atribuem sentido ao que é feito "da porteira para dentro". Uma casa de Axé é formada por, pelo menos, três níveis estruturantes, são eles:
>
> [...] o contingente humano dos fiéis, adeptos, simpatizantes e amigos da casa; o espaço considerado sagrado para o culto às divindades e o espaço de construção civil para abrigar não só os moradores permanentes do terreiro, mas também o conjunto dos fiéis que se mudam para o terreiro, em épocas de festejos e obrigações (PÓVOAS, 2007. p. 271).

Com isso, os espaços do terreiro e sua localização são reveladas tanto em um espectro físico, quanto principalmente simbólico. Importante reflexões e leitura necessária.

Já o segundo texto "Análise dos paradigmas históricos do século XIX (Positivismo, Historicismo e Marxismo)" parte das observações a estas correntes teóricas para ao final apontar uma possível incorporação práticas destas leituras conceituais: "a historiografia científica e seus vínculos à disciplina escolar brasileira como discussão final, servindo

também para orientar a disciplina de Teoria e Metodologia da História I, da Universidade Estadual Vale do Acaraú". Práxis estabelecida entre a teoria e um conjunto de ações didático-pedagógicas e acadêmicas para elaboração de disciplinas da graduação de uma universidade pública. Assim, é feita uma análise dos paradigmas históricos que norteiam a disciplina de Teoria e Metodologia da História, do curso de história da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UEVA.

Os autores apontam a "grande influência do pensamento de Auguste Comte, em 1830, que se destacou na formação das Ciências Humanas com um caráter universalista, nomeado por Positivismo; o Historicismo alemão que já surgira na entrada do século XIX, mas que teve seu auge na segunda metade deste século; e, por fim, o Materialismo Histórico [e] Dialético e a luta de classes, uma nova visão histórica, proporcionando uma perspectiva revolucionária".

Interessante exercício de reflexão o realizado por eles.

O artigo "Notas sobre superstição e cultura (dita) popular no reino suevo: o caso de De Correctione Rusticorum" aborda como o próprio título revela práticas supersticiosas Reino Suevo (Século V - VI), ancoradas em escrito intitulado De Correctione Rusticorum escrito por Martinho de Braga e utilizadas pelos habitantes dos Campo de Galiza (e historiadores). Contrariamente a forma como estes se apresentam a autora argumenta ampliando a noção de entendimento e apontando que: "...essas crenças, na verdade, estiveram difundidas também entre os demais setores da sociedade, isto é, nos espaços citadinos e entre as aristocracias laica e clerical, não sendo uma característica distintiva ou exclusiva dos camponeses".

Assim, contexto anterior ao estudado e mesmo o contexto das práticas são apresentados em uso de documentação e bibliografia específica e bem utilizada. É neste sentido que a autora aponta a gênese do estudado em articulações de clero e realeza:

> ...podemos concluir que a questão religiosa passou a ser um ponto central dentro do novo projeto de unificação suevo, posto que, ao mesmo tempo que, possibilitava aliados no campo militar, também favorecia a assimilação entre as distintas populações do reino, sejam essas mais próximas das práticas pagãs ou cristãs[1], assim, a unidade política seria promovida a partir da unidade religiosa...

A análise se desenvolve apontando as muitas nuances (políticas, religiosas, sociais) que se constituíram em terreno propício para a propagação do vetor estudado. A conclusão é interessante e pode ser logo revelada:

> "[...] que o fato religioso é uma realidade una que torna artificial e arbitrária uma distinção forte entre religiosidade erudita e religiosidade [dita] popular", em outras palavras, isso significa que é impossível traçar com a exatidão de uma régua os limites e fronteiras de onde começa uma e termina a outra.

[1] Aqui também considerando as doutrinas heréticas ariana e prisciliana.

> Abandonando categorias de análise excessivamente fechadas, o que resta aos historiadores do Reino Suevo, e que ao nosso ver ainda precisa ser feito, é investigar o quanto os diferentes setores da sociedade do período compartilhavam entre si, como ocorriam suas mediações e trocas culturais.

Muito boa reflexão e muito bom trabalho da historiadora.

Nosso último artigo deste número intitula-se “BNCC e a história escolar: mudanças e continuidades na estrutura curricular nos anos finais do ensino fundamental (2015-2021). Curto recuo de tempo e um retorno a temática ligada à história e ensino tão cara a nós historiadores e tão constante nas páginas da Embornal.

O Documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) neste caso considerado como espaço simbólico da sociedade e por isso, “formado por narrativas divergentes, o que tornou a elaboração da BNCC um processo conflituoso na definição de seus conteúdos”.

Considerando o ato de selecionar não natural, as autoras partem do Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) para análise desta realidade.

A análise documental se junta a pesquisa de campo, realizada com professores do município de Mucambo, onde a abordagem do contexto político é realizada no sentido de revelar que o processo em suas mudanças, bem como em suas continuidades, descontrói a ideia de que um currículo serve apenas como diretriz.

Preocupantes as conclusões que o estudo aponta tanto para a educação, como para o ensino de história que parece ter retroagido em relação aos avanços das últimas décadas:

> O processo da construção da BNCC, estando no estágio de implementação, como foi possível observar, apresenta mudanças significativas que está impactando a prática pedagógica e os saberes ensinados, em relação ao ensino de História. Vemos que a BNCC nasceu com um sentido de diretrizes, mas com a sua efetivação nos estados, como é o caso do Ceará, por meio do documento DCRC e, consequentemente, no município do Mucambo, assumiu uma configuração de currículo, pois foram poucas as alterações realizadas.
> As competências e habilidades, sua principal inovação, trouxe uma série de questões a serem discutidas. A educação passa com este documento normativo a ganhar um novo sentido na sociedade, tendo a pedagogia do desempenho como seu principal alicerce. Assim propõe, o aperfeiçoamento da educação com relação ao mercado de trabalho, modificando toda a estrutura da educação básica, que passa a se fundamentar em uma formação escolar voltada ainda mais para o sistema avaliativo.
> No caso da História, verificamos a desvalorização de sua área, que permanece reforçando a ideia de uma ciência conteudista e memorialística.

Boa leitura e até o próximo número da Embornal.

Francisco José Gomes Damasceno

Pelo Conselho Editorial e pela Diretoria da ANPUH-CE